

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2021)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – TROMBETTA, Natália Medeiros, et. al. Instituições de acolhimento em observância do princípio da excepcionalidade. Research, Society and Development, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 14, 2021.

2) Resumo e Palavras-Chave – O presente artigo versa sobre o processo de institucionalização e acolhimento, que foi alterado após a criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e da Lei de Adoção tornando o acolhimento institucional uma medida protetiva com objetivo de evitar que os direitos das crianças e adolescentes sejam violados. Durante muitos anos, a situação desses sujeitos era totalmente diferente, aplicavam medidas de correção e punição, levando em consideração a pobreza. Contudo, com o surgimento de novas leis, se instituiu a proteção integral, sendo dever da família, da sociedade e do Estado garantir prioridade absoluta independente da classe social em que pertença. Além disso, o acolhimento institucional deverá se dar em caráter de excepcionalidade e provisoriedade, tendo em vista que a criança ou adolescente só poderá ser afastado da família e do convívio social, após serem utilizadas todas as medidas possíveis. O afastamento do convívio familiar deverá ser uma medida rara, evitando danos ao desenvolvimento causados por separações. A partir disso, objetivou-se realizar um estudo sobre os aspectos da excepcionalidade e da provisoriedade em situações de acolhimento de crianças e adolescentes em observância ao princípio da proteção integral. Para que se atinja esse objetivo, foi utilizado o método dedutivo, explicativo e através de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. Por fim, considera-se que ocorre a inobservância aos direitos fundamentais da criança/adolescente e dos princípios excepcionalidade e provisoriedade, ferem o que se tem como principal objetivo, ou seja, a convivência familiar e o pleno desenvolvimento.

Palavras-Chave: medida protetiva; acolhimento institucional; excepcionalidade.

3) Objetivo do estudo – Realizar um estudo sobre os aspectos da excepcionalidade e da provisoriedade em situações de acolhimento de crianças e adolescentes em observância ao princípio da proteção integral.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – O presente estudo foi produzido mediante o método qualitativo bibliográfico.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Método de abordagem dedutivo e explicativo.

8) Resultados / dados produzidos – Conclui-se que, com o avanço das leis, houve significativas mudanças, incluindo a criação de medidas de proteção e auxílio, o que antes era de correção e punição. Considerando a família natural como a melhor opção e se dando a institucionalização como medida rara, sem nenhuma privação social, onde devem ser instalados programas para auxiliar no desenvolvimento de cada um. Aplicada a medida, deverá a instituição realizar programas que auxiliem no desenvolvimento da criança/adolescente e estabelecer um desligamento gradativo da instituição, contribuindo para a vida social.

9) Recomendações – Cabe ressaltar que esta pesquisa não esgota outras reflexões sobre o tema proposto por considerar o mesmo como complexo e possível de reformulações tanto no meio acadêmico como no jurídico. Desta forma, dado a relevância da temática, resta evidente a exigência de novos estudos a fim de examinar as evoluções das instituições de acolhimento, bem como de medidas protetivas que resguardam os direitos de crianças e adolescentes.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.